

# Diário de Notícias

## Ministro muda avaliação dos alunos sem a explicar ao país

09 DE JANEIRO DE 2016 ÀS 00:53

Ana Bela Ferreira

PU

**Fim dos exames do 6.º ano e provas de aferição anunciados por comunicado. Diretores lamentam 'timing' e falta de diálogo.**

O Ministério da Educação (ME) apresentou o novo modelo de avaliação - provas de aferição no 2.º, 5.º e 8.º anos e apenas exames no 9.º ano -, tal como tinha prometido no início da semana. Mas o anúncio feito por comunicado, sem nenhuma declaração do próprio ministro Tiago Brandão Rodrigues ao país foi notado por professores e pais.

Especialmente, "quando se muda o tema mais importante da educação, que é a avaliação dos alunos, em 40 dias", aponta Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP). A área da Educação tem sido aquela que mais alterações tem tido, mesmo a partir do parlamento onde já foram decididos o fim dos exames do 4.º ano e da prova dos professores.

"O que sabemos é o que foi anunciado na comunicação social e não tivemos mais explicações", apontou, ao início da tarde de ontem Manuel Pereira, presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE). Também Filinto Lima admite que "para o país e para os pais eventualmente o ministro deveria ter explicado o que vai acontecer". Aguardando que para as escolas sejam suficientes as reuniões de trabalho, anunciadas ontem, esclareçam as dúvidas existentes sobre o modelo.

Nas redes sociais, alguns professores também comentavam a falta de explicações dadas por viva voz pelo ministro. Um deles, Paulo Guinote, escreveu no seu blogue O Meu Quintal não dispensar Tiago Brandão Rodrigues da "prova oral" para explicar "tudo com clareza".

O ME explicou ao DN que o ministro "cumpriu fielmente o compromisso publicamente feito" na segunda-feira, durante a primeira visita oficial na Escola Secundária da Baixa da Banheira, e onde informou que iriam ser apresentadas mudanças durante a semana. "Findo o processo de auscultação dos parceiros em curso o Ministério da Educação partilharia com os cidadãos e comunidade educativa o quadro de avaliação das aprendizagens no Ensino Básico. Assim foi feito, primeiro com as Escolas, depois publicamente. O "comunicado" foi a forma escolhida uma vez que é o modelo mais próximo da "informação" enviada antes às Escolas."

### Novas provas a meio do ano

Não foi só na forma de comunicar as mudanças que houve queixas. Manuel Pereira lamenta que "mais uma vez os diretores das escolas não foram ouvidos para esta reforma". Também o Conselho das Escolas (órgão consultivo dos diretores junto do ME) refere apenas que foram "informados dos pressupostos do novo modelo", mas não "das medidas em concreto". Muito menos foi pedido "um parecer", indicou o presidente José Eduardo Lemos. Motivo pelo qual, o dirigente não quis tecer comentários sobre as decisões tomadas - "para não influenciar um futuro parecer que venha a ser pedido ou a ser dado pelo Conselho sobre esta matéria".

Além disso, a substituição já este ano dos exames do 4.º e 6.º a Português e Matemática por provas de aferição no 2.º, 5.º e 8.º anos - que não contam para a nota final dos alunos - parece precipitada para os

diretores. "Valia a pena fazer só no próximo ano. Sob pena de se começar já a desvalorizar as provas de aferição", aponta Manuel Pereira.

Para Filinto Lima esta decisão foi "feita com base num timing político e não pedagógico, se fosse pedagógico não se alteravam as regras a meio do campeonato", criticando o facto dos alunos serem já este ano sujeitos às novas provas de aferição. Os dois representantes dos diretores - que até aprovam o regresso das provas de aferição e o modelo escolhido - preferiam que Tiago Brandão Rodrigues tivesse esperado mais para tomar esta decisão.

A rapidez das mudanças levam a que no seio do anterior governo se comente que é um sinal de que o ministério está a ser controlado pelos sindicatos de professores.

Sindicatos esses, que tal como as associações dos professores de Português e Matemática se mostram a favor das provas de aferição, principalmente no 1.º ciclo. E nem o facto de serem feitas já este ano gera problemas. "Há tempo para que os professores preparem os alunos porque as provas de aferição são apenas como mais um teste e não já não existe o carácter punitivo", defende Edviges Antunes Ferreira, da Associação de Professores de Português. Também Lurdes Figueiral, da associação de Matemática, sublinha que as provas de aferição "não precisam de grande preparação".

Também Mário Nogueira, da Fenprof (Federação Nacional dos Professores), acredita que este "é o tempo certo" para estas mudanças. Sublinhando o carácter informativo que as provas de aferição devem dar para que se corrijam as dificuldades detetadas nos alunos. Mais reticente está a FNE (Federação Nacional da Educação), que em comunicado, aponta a falta de diálogo e a rapidez em tomar decisões sem procurar consensos.

Para Jorge Ascensão, da Confap (Confederação Nacional das Associações de Pais), o importante é que provas de aferição sejam levadas "a sério" e que "sirvam para melhorar os processos de ensino e a qualidade das aprendizagens".

---

Para mais detalhes consulte:

<http://www.dn.pt/portugal/interior/ministro-muda-avaliacao-dos-alunos-sem-a-explicar-ao-pais-4970912.html>

Global Notícias - Media Group S.A.

Copyright © - Todos os direitos reservados